

# MAPEANDO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE NOS CURRÍCULOS DE CIÊNCIAS NATURAIS DO NORDESTE BRASILEIRO

Ariane Gabriele Brasil Gois Rabelo  
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.*  
*Arigabriele2@gmail.com*

Lívia de Rezende Cardoso  
*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.*  
*Livinha.bio@gmail.com*

*Simpósio Temático nº 21 – GÊNERO, RAÇA, ETNIA, SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE*

## RESUMO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de iniciação científica finalizada agora em 2021, que teve como objetivo principal investigar as subjetividades demandadas pelos currículos dos cursos de licenciatura da área de Ciências Naturais das Universidades Federais do nordeste brasileiro reformulados após 2015 em relação a corpo, gênero e sexualidade. Buscamos apontar os modos como a subjetividade docente é construída nas instituições a partir das novas diretrizes curriculares nacionais para formação docente e a reformulação dos currículos dos cursos. Para um entendimento maior de como está se dando esse processo foi feita uma pesquisa bibliográfica juntamente com a análise curricular dos currículos localizados nos sites das instituições federais. Para alçar nossas discussões e análises bebemos de autores como Cardoso, Foucault, Louro, Paraíso e Silva. Ao todo nos debruçamos sobre 31 projetos pedagógicos (PPC) e neste trabalho, evidenciamos as disciplinas que possuem uma pegada mais queer e voltadas para a diferença, e como as mesmas nos mostram a possibilidade de formação de sujeitos sensíveis à diferença.

**Palavras-chave:** Currículo, Gênero, Sexualidade, Diversidade.

## ABSTRACT

The present work is an excerpt of a scientific initiation research completed now in 2021, whose main objective was to investigate how subjectivities demanded by the curriculum of undergraduate courses in the area of Natural Sciences of Federal Universities in northeastern Brazil reformulated after 2015 in relation to body, gender and sexuality. We

seek to point out the ways in which a teacher's subjectivity is constructed in institutions based on the new national curriculum guidelines for teacher education and a reformulation of course curricula. For a better understanding of how this process is taking place, a bibliographical research was carried out along with a curricular analysis of the curricula integrated in the websites of federal institutions. To raise our responses and analyzes we draw on authors such as Cardoso, Foucault, Louro, Paraíso and Silva. In all, we look at 31 pedagogical projects (PPC) and in this work, we show how disciplines have a more queer footprint and are focused on difference, and how those compared for difference, and how those compared present us with a possibility of subject formation the difference.

**Keywords:** Curriculum, Gender, Sexuality, Diversity.

## Introdução

Tendo em vista os currículos da educação brasileira, de nível básico e superior, quando se trata de questões de corpo, gênero e sexualidade, mesmo com a grande visibilidade que tais questões vêm tomando nesses últimos anos, ainda há um longo caminho pela frente. Afinal, “é a voz socialmente autorizada que inclui e exclui sujeitos e conhecimentos, determinando não apenas quais identidades ou os saberes que podem integrar o currículo, mas também como essas identidades e saberes deverão ser aí representados” (LOURO, 2000, p. 57) e a voz que ainda governa é a voz do homem branco, monoteísta e de classe média alta.

Por serem questões vistas por uma grande parte da sociedade como inadequadas para as salas de aula e sem importância, além de sofrerem “várias críticas e ataques vindos principalmente da ala mais conservadora do Senado que, em conjunto com o grupo político que ficou popularmente conhecido como bancada da Bíblia” (CARDOSO; GUARANY; UNGER; PIRES, 2019), as questões de corpo, gênero e sexualidade acabam simplesmente ficando de fora ou são suprimidas nos últimos instantes das resoluções, como foi o caso do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em 2014, as questões de gênero foram suprimidas do documento final do Plano Nacional de Educação do mesmo ano que ficaria em vigência até 2024. Para Dinis (2008, p.478):

[...] a universidade tem sido chamada à responsabilidade da discussão do tema da alteridade e da inclusão das minorias, o que implica discutir sua posição frente aos novos sujeitos escolares que reivindicam seu espaço no currículo escolar, a exemplo [...] das minorias sexuais e de gênero e das inúmeras diferenças culturais e comportamentais que habitam o espaço escolar.

Diante de tais reivindicações, feitas por pessoas de todos os tipos – mulheres, negros(as), homossexuais, transexuais, indígenas, entre outros – que não se sentem representadas pelos currículos atuais, elas lutam pelo direito de representação e de representar a si próprias, confirmando sua cultura, linguagem e estética (LOURO, 2000, p. 57) tornando-as mais visíveis e relevantes para os sujeitos que dão vida e compõem o currículo. Em 2015, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior e para a formação continuada que tornam obrigatório aos cursos das licenciaturas, de acordo com os artigos 8º e 13º da mesma, a implementação dos seguintes temas em seus currículos (BRASIL, 2015):

[...] diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental e ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (p.8).

[...] direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (p.11).

O prazo final para a reformulação curricular foi até julho de 2017, mas, próximo ao final do prazo, o MEC publicou uma portaria que aumentou o prazo final até julho de 2018 com previsão dos currículos reformulados entrarem em vigor a partir de 2019.

Após termos mapeado as licenciaturas da Universidade Federal de Sergipe (UFS) na pesquisa anterior, visamos agora o mapeamento das licenciaturas voltadas para as Ciências Naturais por ser o objeto de estudo do grupo do qual fazemos parte. Sendo assim, é de suma importância analisar como essas questões são e serão trabalhadas nos cursos de licenciatura de Ciências Naturais da UFS e do nordeste brasileiro e como será elaborado um currículo que produza certas subjetividades docentes a partir dessas demandas postas aos currículos.

Frisamos ainda, que este trabalho é um recorte derivado de uma pesquisa de Iniciação Científica finalizada agora no segundo semestre de 2021, nosso objetivo principal foi o de investigar as subjetividades demandadas pelos currículos dos cursos de licenciatura da área de Ciências Naturais das Universidades Federais do nordeste brasileiro reformulados após 2015 em relação a corpo, gênero e sexualidade. Buscamos também observar como as subjetividades docentes são construídas a partir das reformulações dos currículos. Para isso realizamos uma pesquisa bibliográfica juntamente

com a análise dos currículos das universidades federais do Nordeste. Neste trabalho buscamos evidenciar cinco disciplinas que estão mais voltadas para a discussão das diferenças, pois são as que se destacam por trabalharem as questões de corpo, gênero e sexualidade de uma perspectiva sociocultural.

Este trabalho é organizado em introdução, referencial teórico em que abordamos um pouco dos autores utilizados, desenvolvimento e análise em que discutimos os achados obtidos e as considerações finais.

## **Revisão de Literatura**

### **Uma Breve História sobre Teorias de Currículo**

Tomaz Tadeu da Silva em seu livro Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo (2003) nos diz que o currículo sempre resulta da escolha de quais conhecimentos irão constituí-lo e serão ensinados, mas que esse currículo varia de acordo com a teoria de currículo selecionada para fundamentá-lo e que estão presentes nele relações de poder e questões de identidade e subjetividade, pois ele reproduz saberes e nos torna o que somos. E, portanto, as diversas colocações do sujeito - classe, etnia, gênero, raça e sexualidade - estão envolvidas nas relações de poder, constituindo-se como campo de disputas políticas (LOURO, 2000, p. 42).

Quando se trata de analisar as relações de poder as teorias críticas limitam-se às relações econômicas e ao capitalismo como, por exemplo, o ensaio de Althusser denominado “A ideologia e os aparelhos ideológicos de Estado” em que ele basicamente nos diz que a continuação da sociedade capitalista irá depender da propagação dos componentes econômicos e ideológicos por meio de mecanismos de força ou convencimento, de repressão ou ideologia.

Já as teorias pós-críticas buscam abranger as questões culturais, raciais, étnicas, de gênero e sexualidade como, por exemplo, a pedagogia feminista que nos diz que “as linhas do poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado” (SILVA, 2003, p.93). As narrativas étnicas e raciais buscam trazer para os currículos essas narrativas como questões históricas e políticas envolvidas na concepção de identidades e diferenças ligadas às relações de poder.

### **Currículo, Resoluções e Sexualidades**

A resolução N° 2, de 1° de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que traz as novas diretrizes curriculares nacionais, torna obrigatório no currículo dos cursos de licenciatura a implementação de temáticas como: direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, de sexualidade, de religião e etc. Visando a igualdade e respeito às minorias. Segundo tal resolução (BRASIL, 2015, p.2) currículo é:

[...] o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

É possível afirmar o próprio currículo como um espaço onde se constroem identidades e que é influenciado direta ou indiretamente pelas relações de poder presentes na sociedade. É assim como as “normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos e processos de avaliação [...]” (LOURO, 1997, p. 64). Criado pelas diferenças e as reproduz, então qual seria a maneira adequada de criar um currículo que aborde os temas descritos anteriormente, mas que propague as diferenças sem que haja preconceito e inferiorização das pessoas?

Weeks (2010, p. 60) nos diz que “a análise das relações de poder em torno da classe, do gênero e da raça demonstra a complexidade das forças que modelam as atitudes e o comportamento sexual.” Portanto é visível que tais forças deixam livre o caminho para novas identidades sexuais se desenvolverem na sociedade. A importância de definir quais eram as identidades sexuais, seus tipos e formas acarretaram em mudanças nos conceitos de homossexualidade e heterossexualidade, sendo assim a primeira acabou por virar uma “descrição médico-moral” e a segunda como a norma adequada e correta ao sexo.

E segundo Judith Butler (2010, p. 153):

A categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, o “sexo” não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir – demarcar, fazer, circular, diferenciar – os corpos que ela controla.

Portanto, seria a normatização do sexo heterossexual regulatório uma performatividade já que reitera sempre uma norma ou um conjunto de normas que são empregadas para definir os indivíduos que estão dentro da matriz heterossexual e os que

estão na fronteira. Weeks (2010, p. 79) nos fala que “tudo o que aprendemos sobre a história da sexualidade nos diz que a organização social da sexualidade nunca é fixa ou estável. Ela é modelada sob circunstâncias históricas complexas.” Sendo assim talvez a sexualidade não seja o problema que venha ao caso, mas sim o lugar onde os problemas se firmam (BRITZMAN, 2010).

Voltamos agora ao ponto do currículo, segundo Britzman (2010, p. 86) “[...] existem muitos obstáculos, tanto nas mentes das professoras, quanto na estrutura da escola, que impedem uma abordagem cuidadosa e ética da sexualidade na educação.” Mesmo quando os/as alunos/as ou professores/as tentam falar sobre sexualidade, há sempre uma estranheza por conta da ambiguidade e imprecisão da linguagem do sexo. Vinculada com as teorias de degeneração racial e sexual, a educação sexual ganhou uma visão eugenista e, portanto, “tornou-se, pois, o lugar para trabalhar sobre os corpos das crianças, dos adolescentes e das professoras.” (BRITZMAN, 2010, p. 95).

Para resolver tais questões, Britzman (2010, p.89) diz que “[...] na verdade, tudo o que temos que fazer é imaginar. Com esta ideia, podemos começar a ver que a sexualidade permite desenvolver nossa capacidade para a curiosidade”. Sendo assim ela argumenta o fato de que o currículo deve estar mais perto da dinâmica da sexualidade e o cuidado de si, onde é preferível uma conversa verdadeira, mas esse tipo de conversa não tem como ser planejada antes.

O modelo de educação sexual que Deborah Britzman propõe sugere que a educação sexual seja mais próxima de experiências com livros de ficção e poesia, filmes e discussões realmente interessantes, pois quando instigamos nossa imaginação é que paramos para refletir e isso nos deixa mais próximos da “indeterminação do eros” e da paixão, pois sempre temos algo mais a fazer ou a pensar, pois “sem a sexualidade não haveria qualquer curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender” (BRITZMAN, 2010, p.89).

O modelo de educação sexual idealizado vai exigir muito das professoras e professores, pois primeiramente elas e eles precisam estar decididos/as em compreender a postura da escola e suas políticas e ver como ambas podem ajudar ou interferir no diálogo com outros/as professores/as e alunos/as. É necessário saber como o conteúdo das aulas desperta a curiosidade nos/as estudantes e conseguir oportunidades para explorar a extensão e os sintomas da sua própria ansiedade.

Mas juntamente com a análise de por que a sexualidade é tão difícil de ser discutida no conteúdo escolar, deve também haver uma disposição de parte das professoras para desenvolver sua própria coragem política [...] sobre o cambiante conhecimento da sexualidade (BRITZMAN, 2010, p. 109).

Consequentemente, isso nos mostra como a sexualidade tem uma tendência para a liberdade e com os direitos civis, e nos mostra que o direito a uma boa fonte de informação faz parte do que entrelaça a sexualidade com os domínios imaginário e público, respectivamente. Sendo assim, mesmo que tardia, a obrigatoriedade de inserção dessas temáticas nos currículos das licenciaturas é um grande avanço para pessoas negras, indígenas, homossexuais, transexuais e muitas outras que até então não eram bem representadas nesse espaço de relações de poder que é o currículo.

## **Metodologia**

Este trabalho trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa e para alcançar os objetivos propostos, foi realizada a análise e o estudo documental a partir das versões dos projetos pedagógicos (PPC) reformulados após 2015 de 3 cursos de licenciatura da UFS e de 28 cursos de licenciatura da área das Ciências Naturais presentes no Nordeste brasileiro.

O mapeamento dos PPC das universidades federais do Nordeste foi feito através da internet nos sites das próprias universidades. Das 16 universidades federais presentes no Nordeste conseguimos encontrar os PPC de 13 delas, o que nos trouxe um total de 31 PPC.

Em tal análise documental trabalhamos elegendo como categoria analítica a tecnologia de subjetivação. Foucault explicita que a tecnologia de subjetivação se processa ao combinar técnicas de dominação e técnicas do eu. Isto é, “os pontos em que as tecnologias de dominação dos indivíduos uns sobre os outros recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si mesmo e, em contrapartida, os pontos em que as técnicas do eu são integradas em estruturas de coerção” (FOUCAULT, 1993, p. 207). Tecnologia é, então, “qualquer conjunto estruturado por uma racionalidade prática e governado por um objeto mais ou menos consciente” (ROSE, 2001, p. 38). É, ainda, “meios inventados para governar os seres humanos, moldar suas condutas” (ROSE, 2001, p. 37). As tecnologias de governo são, portanto, entendidas como “a articulação de certas técnicas e de certos tipos de discurso acerca do sujeito” (FOUCAULT, 1993, p. 206).

Assim, foram destacadas as principais reformulações realizadas pelos cursos de formação para a construção de subjetividades docentes na contemporaneidade.

Contabilizando por universidade temos três PPC da UFS, sete PPC da UFAL, um da UFBA, dois da UFCA, três da UFOB, dois da UFPB, um da UFPE, um da UFPI, um da UFRB, quatro da UFRN, um da UFRPE, um da UFSB e quatro da UNILAB (Ceará), totalizando 31 PPC analisados.

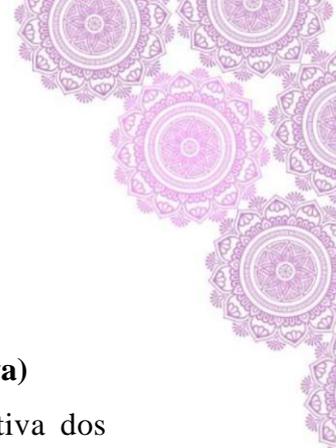
A partir da leitura e análise desses PPC buscou-se por termos, ou partes do texto, que abordassem as seguintes temáticas: corpo; direitos humanos; diversidade; diferenças; gênero e sexualidade, logo elegemos as 5 disciplinas que versam sobre corpo, gênero, sexualidade e diversidade para trazer neste recorte.

## **Desenvolvimento**

Por se tratar de um recorte advindo de uma pesquisa completa, após as análises de todos os PPC selecionamos dentre esses as disciplinas que mais se alinham à discussões sobre corpo, diversidade, gênero e sexualidade. Abaixo estão listadas as cinco disciplinas escolhidas e o que encontramos em cada uma que pode possibilitar tais discussões.

Um ponto que chamou a atenção no decorrer das análises é de que a maioria das disciplinas que versam ou possibilitam tratar dessas temáticas são optativas e não obrigatórias como sugere a resolução de 2015. Ao alocar a maior parte dessas discussões em disciplinas optativas podemos observar as relações de poder que perpassam por estes processos de excluir e incluir, ou de valorizar ou negar um espaço para discutir corpos, gêneros e sexualidades (LOURO, 2000), vendo assim de forma mais explícita o espaço de poder, lutas e resistências que é o currículo.

“Os pressupostos de classe, raça, cultura e gênero, as crenças e os comportamentos da própria pesquisadora ou pesquisador devem estar colocados dentro da moldura do quadro que ela ou ele pretende pintar” (HARDING, 1993, p. 9). Utilizo-me dessa frase de Harding para partir da justificativa de que esses currículos irão formar professoras-pesquisadoras e professores-pesquisadores e que sendo assim estes devem estar inseridos no contexto que irão investigar, contexto esse que é formado por alunas e alunos de corpos, gêneros e sexualidades diversas, logo é necessário que essas discussões façam parte de toda a formação das professoras e professores e não apenas de disciplinas optativas ou obrigatórias da metade final do curso, como ocorre diversas vezes.



### **PPC de Ciências Biológicas – UFCA (2017)**

#### **Disciplina: Educação Sexual na Perspectiva dos Estudos Culturais (Optativa)**

Tem como Objetivo Geral: Abordar a Educação Sexual na perspectiva dos Estudos Culturais a partir das interações entre as noções de sexualidade, gênero e corpo no currículo de Biologia.

E trabalha na sua ementa a Ressignificação do conceito e principais abordagens da Educação Sexual; Estudos Culturais pós-estruturalistas. Gênero, sexualidade e corpo na perspectiva multicultural e dos direitos humanos. Conceitos chave: Pluralidade Cultural, heteronormatividade, masculinidades e feminilidades, diversidade sexual, homofobia, relações de poder e hierarquias de gênero, preconceito, discriminação e violências

Um fato que chamou a atenção é desta ser a única disciplina em todo o PPC que trabalha com Corpo, Gênero e Sexualidade. A disciplina dialoga com autores e autoras como Jimena Furlani, Guacira Lopes Louro, Stuart Hall e outros.

### **PPC de Ciências Biológicas, Física e Química – UFOB (2016)**

#### **Disciplina: Diversidade, Gênero e Sexualidade na Escola (Optativa)**

A disciplina trabalha com textos de Judith Butler, Guacira Lopes, Louro, Berenice Bento e outros. Podendo abrir espaço para diversas discussões, como podemos observar em sua ementa.

A emergência do gênero. Multiculturalismo e políticas da diversidade. A construção social e cultural das diferenças. Gêneros e sexualidades na escola. Feminismos e Estudos Queer. Subalternidade, abjeção e resistências culturais. Pedagogias contranormativas.

### **PPC de Ciências Biológicas, Física e Química – UFOB (2016)**

#### **Disciplina: Estudos Culturais e Ensino e Aprendizagem em Ciências e Biologia (Optativa)**

Essa disciplina, apesar de ser optativa, traz muitas referências sobre currículo, estudos culturais e identidades. A mesma utiliza-se de Guacira Lopes Louro, Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva e outros, e com isso pode ser considerada um lugar para que discussões sobre Corpo, Gênero e Sexualidade possam prosperar.

Na sua ementa observa-se o seguinte: A construção sociocultural da identidade e da diferença e o Ensino de Ciências e Biologia. Estudos culturais e suas implicações no Ensino de Ciências e Biologia. Concepções e teorias da cultura. Ecologia de Culturas e Saberes e Ensino de Ciências e Biologia. A abordagem da circularidade entre culturas e o ensino de ciências e biologia. Diferença cultural, alteridade e ensino de Ciências e Biologia. Multiculturalismo e ensino de Ciências e Biologia. Pluralidade Cultural e os temas transversais no ensino de Ciências e Biologia.

### **PPC de Ciências Naturais Interdisciplinar – UFSB (2016)**

#### **Disciplina: Educação, Gênero e Diversidade Sexual (Obrigatória – 7º Período)**

A disciplina traz em suas referências autores e autoras como Chimamanda Ngozi Adichie, Guacira Lopes Louro, María Lugónes, Fernando Seffner, Judith Butler e outros. Abrindo possibilidades de diálogo com as temáticas de corpo, gênero, sexualidade, raça e etnia.

Vimos o seguinte na ementa da disciplina: As críticas feministas e a educação. Pedagogias queer, a filosofia da diferença, os estudos culturais e o decolonialismo. O currículo e as práticas pedagógicas escolares no contexto das relações de gênero e das sexualidades.

### **PPC de Ciências Biológicas, Física e Química – UNILAB (2018)**

#### **Disciplina: Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (Obrigatória – 1º Período)**

A disciplina busca trabalhar questões sobre diferenças e direitos humanos em países de língua portuguesa e referencia autores que abrem possibilidades para discussões sobre corpo, gênero, sexualidade, raça e etnia, a exemplo de: Sueli Carneiro, Kabengele Munanga, Mireya Suárez e outros. Sua ementa também nos mostra as mesmas possibilidades de discussão, como podemos ver a seguir.

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBT+. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.



### **Crítica à “transversalidade” das disciplinas**

Foi observada a concentração das discussões apenas nas disciplinas da área de educação e ensino, quando muitas vezes os PPC e as resoluções dizem que esses temas seriam tratados como transversais em todas as matérias. Porém, não existe espaço para que o tema surja e tampouco referências bibliográficas que indiquem que o tema irá aparecer. Essa concentração nas disciplinas de educação é preocupante, pois estas geralmente só se iniciam tardiamente nas licenciaturas - a partir do quinto período do curso em diante - sendo que deveriam estar inseridas no decorrer de todo o curso. Além disso, em alguns cursos, o departamento do curso se exime de ministrar as disciplinas com essas temáticas e destinam aos departamentos de educação tal função.

Outro ponto a destacar nesse fato é o de que as disciplinas tidas como “duras” – isso é, conhecidas como aquelas das ciências específicas de cada curso – são formadas por conhecimentos científicos produzidos empiricamente ou por teorização e que socialmente são entendidos como livres de impressões culturais. O mundo não seria apenas a materialidade das coisas, mas também a “representação que os humanos fazem delas” (LATOURET, 2004, p. 29). Afinal, “damos significado às coisas através das formas que a representamos, e esses significados estão sendo constantemente produzidos em diversos lugares e práticas sociais” (KINDEL, 2007, p. 225). Assim, “não é o mundo material que transmite os significados, mas as linguagens que estivermos utilizando” (WORTMANN, 2007, p. 191).

Desse modo, questões de gênero podem ser trazidas à discussão dentro de disciplinas de Física, Química, Biologia, Matemática, etc. A própria discussão da ausência de mulheres ou da apropriação de descobertas científicas feitas por cientistas mulheres apropriadas por seus maridos cientistas já é um modo de se trabalhar gênero desde o início do curso em disciplinas “duras”. Apontar controvérsias científicas ao longo dos anos sobre corpos femininos e masculinos ou homo e heterossexuais são igualmente possibilidades de discussão sobre corpo, gênero e sexualidade.

Há, ainda, uma prática nesses currículos de alocar as discussões aqui em voga nos componentes curriculares de estágio, sem antes ter sido objeto de estudo nos componentes iniciais de fundamentos. Afinal, os futuros professores precisam estar com esses conhecimentos concretizados para poderem ir ao estágio e aplicar o que aprenderam e

poder passar adiante seus conhecimentos, criando assim uma sociedade que se importe mais com as pessoas e que valorize mais as diferenças.

Apesar que tais PPC tenham evoluído bastante, eles ainda parecem estar presos às premissas dos documentos educacionais de 2001, principalmente quando trazem nos estágios assuntos nunca explorados antes durante as aulas da graduação. O que nos lembra o seguinte trecho das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica de 2001:

O que está designado aqui como conhecimento advindo da experiência é, como o nome já diz, o conhecimento construído “na” e “pela” experiência. [...] É um tipo de conhecimento que não pode ser construído de outra forma senão na prática profissional e de modo algum pode ser substituído pelo conhecimento “sobre” esta prática. Saber – e aprender – um conceito, ou uma teoria, é muito diferente de saber – e aprender – a exercer um trabalho. Trata-se, portanto, de aprender a “ser” professor (BRASIL, 2001, p. 49).

Levando-nos a compartilhar do pensamento de Garcia (2014) sobre

[...] um conhecimento que brota espontaneamente e de modo imediato da experiência profissional, como se a significação ou a conceitualização dessa experiência para o sujeito aprendiz dispensasse, mesmo que de modo rudimentar, qualquer outra forma de linguagem ou de conceitualização. O processo de significação implica o uso da linguagem e todas as formas de prática social são atravessadas pela linguagem.

Por fim, destacamos que a escola e o ensino básico foram pouco explorados nos objetivos, competências, habilidades e ementários dos PPC analisados. Corpo, gênero e sexualidade é predominantemente trabalhado de modo teórico, sem relação com as práticas pedagógicas. E poucas foram as vezes que apareceram associados à produção de material didático, à análise de implicações em conteúdos e ao desenvolvimento de metodologias.

### **Conclusões Ou Considerações Finais**

Observando tudo que foi analisado, pôde-se perceber que “os currículos não são meros transmissores de representações sociais que estão a circular nalgum lugar, “lá fora”; são instâncias que carregam e produzem representações” (LOURO, 2000, p. 56) que podem ser as mais diversas e mesmo que se transformem, ainda estão intrinsecamente ligadas ao poder.

O exercício de poder nos currículos se deu de 3 formas principais: Na formação de sujeitos sensíveis à diversidade; a produção dos sujeitos da diversidade pouco próximos da escola e a utilização do distanciamento para não formar sujeitos com tais marcas culturais.

A verdade é que a sexualidade e o gênero estão mais perto do centro dos discursos do que nunca estiveram antes, e uma coisa é certa: eles estão a deixar o silêncio e o segredo, para começar a fazer barulho e a fazer falar e agora não irão mais se calar (LOURO, 2000, p. 38). Todavia, ainda há muito caminho a ser percorrido até conseguirmos um currículo que represente a diversidade das minorias sem que estas sejam inferiorizadas. Graças à obrigatoriedade imposta pela Resolução N°2 de 2015 do CNE as questões de corpo, gênero e sexualidade vem ganhando espaço nos currículos das licenciaturas e num futuro não muito distante possivelmente já terão seu espaço nos currículos futuros das licenciaturas do Nordeste como um todo.

### **Citações e Referências**

BRASIL. 2001a. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 009/2001, de 8 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Publicado no Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de jan. 2002, seção 1.p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 24/07/2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 1º de julho de 2015. Brasília. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/07/2015&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=72>. Acesso em: 24/07/2020.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 pp. 83-112.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 pp. 151-172.

CARDOSO, Livia de Rezende; GUARANY, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriella Silva; PIRES, Manuella de Aragão. GÊNERO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: do direito às invenções. **Revista E-Curriculum**, [S.L.], v. 17, n. 4, p. 1558-1479, 19 dez. 2019. Portal de Revistas PUC SP. <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1458-1479>.

DINIS, N. F. Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 103, p. 477-492, maio/ago. 2008.

FOUCAULT, Michel. Verdade e subjetividade. Revista de Comunicação e Linguagem. Lisboa, n. 19, 1993.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Reformas curriculares e formação inicial: saberes e profissionalização. **Educação Unisinos**, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 57-67, 15 set. 2014. UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Dos Sinos.  
<http://dx.doi.org/10.4013/edu.2015.191.05>.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 1, n. 1, p.7-31, jan. 1993. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/issue/view/295/showToc>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

KINDEL, Eunice A. I. A natureza no desenho animado ensinando sobre homem, mulher, raça, etnia e outras coisas mais. In: WORTMANN, Maria L.; SANTOS, Luiz H. S. S.; RIPOLL, Daniela; SOUZA, Nadia G. S. S.; KINBEL, Eunice A. J. A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência, da tecnologia: instâncias e práticas contemporâneas. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2007 p. 223-236.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Género e Sexualidade. Portugal: Porto, 2000. 111 p.

ROSE, Nikolas. Como se deve fazer a história do Eu? Educação e Realidade. V. 26, n. 1. Jan-Jun 2001 pp. 33-58.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010 pp. 35-81.

WORTMANN, Maria Lucia. A natureza e a literatura infanto-juvenil. In: WORTMANN, Maria L.; SANTOS, Luiz H. S. S.; RIPOLL, Daniela; SOUZA, Nadia G. S. S.; KINBEL, Eunice A. J. A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência, da tecnologia: instâncias e práticas contemporâneas. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2007.